

Notas sobre o uso do trabalho enquanto atividade terapêutica e suas interfaces com a Terapia Ocupacional

Notes on the use of work as a therapeutic activity and its interfaces with Occupational Therapy

Selma Lancman¹, Juliana de Oliveira Barros²

<https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v32i1-3e207113>

Lancman S, Barros JO. Notas sobre o uso do trabalho enquanto atividade terapêutica e suas interfaces com a Terapia Ocupacional. *Ver Ter Ocup Univ São Paulo*. 2021-2022 jan.-dez.;32(1-3):e207113.

RESUMO: Trata-se de ensaio teórico-reflexivo sobre o desenvolvimento e conseqüente evolução do conceito de trabalho terapêutico e sua influência na complexificação das teorias psiquiátricas, desde o seu nascimento até meados do século XX, configurando, ao final deste período, a emergência da psicopatologia do trabalho. A partir de teóricos da época, são tecidas algumas intersecções com a terapia ocupacional, enquanto campo de conhecimento e de práticas assistenciais.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho terapêutico; Saúde mental e trabalho; Psicopatologia do trabalho.

Lancman S, Barros JO. *Notes on the use of work as a therapeutic activity and its interfaces with Occupational Therapy*. *Rev Ter Ocup Univ São Paulo*. 2021-2022 Jan.-Dec.;32(1-3):e207113.

ABSTRACT: This is a theoretical-reflective essay on the development and consequent evolution of the concept of therapeutic work and its influence on the complexification of psychiatric theories, from its birth until the mid-twentieth century, configuring, at the end of this period, the emergence of the psychopathology of the work. From theorists of the time, some intersections with occupational therapy are woven, as a field of knowledge and care practices.

KEYWORDS: Therapeutic work; Mental health and work; Work psychopathology.

1. Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina, Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, Área de Terapia Ocupacional. <https://orcid.org/0000-0003-4094-5861>. E-mail: lacman@usp.br

2. Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina, Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, Área de Terapia Ocupacional. <https://orcid.org/0000-0002-4453-7809>. E-mail: juliana.obarros@usp.br.

Endereço para correspondência: Laboratório de Investigação e Intervenção em Saúde e Trabalho (LIIST – FMUSP). Rua Cipotânea, 51. Cidade Universitária, São Paulo, SP.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre o trabalho e seu potencial terapêutico data dos primórdios do nascimento da psiquiatria. Ainda que este ensaio teórico-reflexivo não pretenda esgotar uma análise histórica da relação entre trabalho e terapia ocupacional, tampouco responder integralmente a discussão acerca do trabalho terapêutico e suas influências sobre as bases da profissão, certamente ele traz apontamentos importantes para contribuir na compreensão dessa relação.

Refletir sobre a evolução do conceito de trabalho na saúde mental, de seu potencial terapêutico e da sua importância como fator de integração social favorece a compreensão de algumas perspectivas em Terapia Ocupacional que vão se mesclando com a própria constituição e desenvolvimento da profissão enquanto campo de saberes e práticas assistenciais.

Partimos de um determinado período da história da loucura, do nascimento da psiquiatria, do movimento alienista, e do uso do trabalho como elemento terapêutico na França, no final do século XVII. Enfatizamos ainda o período pós 2ª Guerra, anos 1950, que trouxe reflexões e práticas que transformaram o sentido do trabalho terapêutico adotado até então, influenciando os estudos sobre o trabalho como fator de adoecimento psíquico e contribuindo no desenvolvimento da psicopatologia do trabalho e, mais amplamente, nos estudos que vieram a seguir, sobre a relação entre saúde mental e trabalho.

Pretendemos, portanto, compartilhar algumas reflexões acerca do desenvolvimento e consequente evolução do conceito de trabalho terapêutico e sua influência na complexificação das teorias psiquiátricas, desde o seu nascimento até meados do século XX, configurando, ao final deste período, a emergência da psicopatologia do trabalho. São tecidas também algumas intersecções com a terapia ocupacional, enquanto campo de conhecimento e de práticas assistenciais, tendo em vista nossa compreensão de que o trabalho, inicialmente identificado somente como parte do processo de reabilitação profissional, passa a ser um conceito transversal nas diferentes abordagens utilizadas pelos terapeutas ocupacionais.

BREVE HISTÓRICO

Para iniciar as nossas reflexões, retomamos o período do surgimento da psiquiatria, do movimento alienista e do tratamento moral, preconizado por Philip Pinel no final do século XVII e início do século XVIII¹.

Os hospitais psiquiátricos surgem no final do século XVII na França. Antes disso os loucos, quando internados, eram abrigados em hospitais gerais, juntamente com outras pessoas consideradas igualmente como desvalidas tais como: “venéreos”, “tuberculosos”, “pacientes terminais”, etc. Estes asilos eram, na verdade, grandes albergues onde não havia tratamento médico; tampouco guardavam as características de um hospital como conhecemos atualmente¹.

Philip Pinel ficou conhecido como o precursor da atribuição de um status de doença mental à loucura, diferenciando-a de outras mazelas sociais e mesmo de outras doenças. Dessa forma, a loucura foi patologizada; um profissional se tornou apto a tratá-la (o alienista); um modelo de tratamento, o tratamento moral, foi concebido; e um local específico para o exercício deste tratamento foi delimitado (os asilos psiquiátricos)^{1,2}.

Estudiosos desse período alertam que o tratamento moral reforçou a exclusão e segregação dos loucos e a construção de um projeto de normatização das populações marginais em consonância com o regime capitalista industrial nascente².

Para o movimento alienista e a psiquiatria, disciplina emergente³, a doença mental era entendida como uma desordem interna implícita, dos indivíduos, e o tratamento moral previa uma pedagogia da ordem, capaz de restabelecer essa desorganização interna. Entre os elementos dessa pedagogia estavam os ambientes controlados e vigiados, como os hospitais psiquiátricos, instituições responsáveis pelo estabelecimento dessa nova proposta terapêutica.

Os asilos psiquiátricos deveriam ter uma série de atributos, tais como: vigilância constante dos internos; manutenção não apenas do afastamento, mas do isolamento social desta população com a retirada dos loucos do convívio e das cidades; estabelecimento de um ordenamento interno a partir da articulação dos lugares, das ocupações, do emprego do tempo e da estruturação das rotinas.

Entre os elementos dessa pedagogia da ordem, destacam-se a distribuição do tempo e a ocupação, entendidas como antídoto do ócio, ou da inércia. Neste cenário, o trabalho aparece como elemento indissociável do tratamento moral. Eram previstas para a ocupação dos alienados, oficinas de costura, bordados, de flores artificiais, alfaiataria, moveis, calçados, incluindo atividades que visavam a própria manutenção do hospital.

Tais ideias trouxeram princípios da teoria psiquiátrica do trabalho (laborterapia), como principal elemento de cura⁴. Não se visava o lucro, mas o próprio trabalho como princípio a ser interiorizado, como um valor a ser adquirido. Trabalho significava coordenação dos atos, atenção, obediência,

encadeamento de fases de produção que permitiria chegar ao produto, estimulando a incorporação de regras e sendo considerado uma poderosa fonte de eliminação da desordem interna ocasionada pela loucura.

Dessa forma, a laborterapia considerava o trabalho como terapêutico em si. A implantação do trabalho dentro dos asilos também trazia benefícios como a manutenção do próprio local, pois os alienados confeccionavam suas roupas, lavavam e ainda deveriam aprender um ofício, que poderiam exercer após sua alta⁵.

O nascimento da psiquiatria no Brasil está associado a criação do Hospital Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1852. Esta instituição asilar já surge profundamente influenciada pelo movimento alienista e pelo tratamento moral. A laborterapia era exercida a partir da proposição de oficinas de alfaiataria e costura. Esta experiência, na 2ª metade do século XIX, foi referência para a criação de diversos outros macro hospitais em várias regiões do Brasil⁶, com destaque para o Juqueri em 1898, na região da grande São Paulo.

O pensamento moderno da psiquiatria no século XX trouxe com ele a busca de novos preceitos científicos, novas teorias explicativas para os distúrbios mentais, classificações de sintomas e sinais que se agrupariam em entidades diagnósticas e novas terapêuticas. Destacamos os avanços dos modelos organicistas e da farmacologia, através dos estudos e desenvolvimento no campo dos psicofármacos; da fenomenologia, da psicanálise, entre outras disciplinas que, no entanto, só começarão a mudar a compreensão acerca dos hospitais psiquiátricos como espaços privilegiados de tratamento a partir da década de 1950 no contexto mundial, e mais especificamente no Brasil no final dos anos 1970.

Em relação ao trabalho terapêutico seu uso também passou por inovações conceituais. A ideia defendida pela laborterapia de que o trabalho por si só era terapêutico passa a ser substituída pelo conceito de terapia ativa, dando lugar ao que foi denominado como ergoterapia⁷.

As terapias ativas previam a realização de grupos de pacientes em torno de atividades produtivas (com resultados concretos, tais como artesanato, costura, jardinagem, etc.) ou expressivas (desenho, pintura, entre outras), e a elas era atribuído caráter terapêutico na medida em que geravam encontros, falas, trocas, expressões e afetos, que poderiam ser compartilhados⁸. Ao mesmo tempo, as atividades/trabalho terapêutico passaram a ser compreendidas como mediadoras entre os hospitais (trabalho protegido e segregado) e o mundo externo (trabalho real)^{9,10}.

As atividades desenvolvidas nas terapias ativas deveriam ganhar pouco a pouco ritmo de trabalho, graus

de colaboração, de especialização, de responsabilidade, se aproximando progressivamente do trabalho realizado fora dos muros dos hospitais. O trabalho terapêutico começa a incorporar a noção de organização social, divisão de tarefas, sistema de trocas, e a ele passou a ser atribuído um potencial de mobilização subjetiva de construção do mundo e de realização do sujeito. Isso trouxe para o tratamento psiquiátrico a ideia de readaptação, reeducação e reabilitação profissional. Logo, o trabalho passa a ser visto como um instrumento terapêutico fundamental na reinserção do doente mental na sociedade. O convívio com situações e regras de trabalho contribuiria para que o processo de reinserção dos doentes mentais pudesse ocorrer de maneira gradual⁹.

Dessa forma, passou a não fazer sentido as atividades ocorrerem de forma restrita no interior dos hospitais, e o movimento denominado de ergoterapia começou a levar a prática da terapia pelo trabalho para o meio social. Em relação ao trabalho especificamente, ele perde seu lugar como tratamento central dos hospitais psiquiátricos, ainda que a ideia de que o trabalho traz consigo um potencial terapêutico perdure até hoje, seja pela sua contribuição na mobilização de potencialidades do sujeito, seja pelo seu caráter de integração social.

Estes movimentos marcaram historicamente a terapia ocupacional enquanto profissão, inclusive em relação ao que se entende por trabalho terapêutico, ou de seu uso restrito à reabilitação pelo ou para o trabalho.

O advento da 2ª Guerra Mundial provocou um grande esvaziamento dos hospitais psiquiátricos franceses, que devido à penúria vivida na época tiveram que deslocar os pacientes para vilarejos que aceitaram acolhê-los. Nesses vilarejos, diante da economia de guerra, os doentes mentais participaram das atividades produtivas nessas comunidades. Os pacientes que não puderam sair dos hospícios tiveram que trabalhar na manutenção deles para assegurar sua própria sobrevivência. Esses fatos chamaram a atenção dos psiquiatras da época, que atribuíram a melhora dos pacientes ao respectivo engajamento em situações de trabalho^{9,11}.

Ao mesmo tempo, a ideia de trazer o trabalho realizado pelos doentes mentais para contextos reais de vida trouxe a constatação do que passou a ser chamado de trabalho alienante. Ou seja, o trabalho repetitivo realizado, sobretudo no meio fabril, impedia o desenvolvimento do pensamento, da inteligência e principalmente de se constituir como um fator de mobilização psíquica e desenvolvimento do sujeito.

No período pós-guerra, um grupo de psiquiatras progressistas se reuniu em torno de questões relacionadas ao futuro dos hospitais, da implantação de novas formas

de cuidado psiquiátrico e no valor terapêutico do trabalho. Entre eles, destacamos Paul Sivadon⁹, Louis Le Guillant¹⁰ e François Tosquelles¹¹.

Neste contexto, a importância do trabalho foi reconhecida e ele passa a ser pensado não apenas como meio de tratamento e de readaptação de doentes mentais ao meio social, mas também enquanto elemento patogênico para aqueles que trabalham. Isto ocorreu porque Sivadon⁹, a quem é atribuída a primeira ocorrência do termo psicopatologia do trabalho, defendia uma concepção indissociável entre: “o trabalho como instrumento de readaptação das doenças mentais, o trabalho como agente patogênico e o trabalho como terapêutico”¹².

Os bons resultados obtidos pelo uso terapêutico do trabalho, que é uma das bases da terapia ocupacional moderna^{9,10,11}, trouxeram uma questão inédita: se o trabalho pode ser um meio de tratar doentes mentais, pode ele também adoecer as pessoas? Pode ser patogênico? Essa indagação é a base da psicopatologia do trabalho e vai fundamentar diversas teorias que a sucedem.

O caráter patogênico do trabalho traz consigo algumas questões relacionadas à falta de uma teoria do trabalho por parte dos psiquiatras, somada a lacuna referente a ausência de uma teoria do sujeito por parte daqueles que se interessam pelas doenças profissionais, em particular Louis Le Guillant e Jean Begoin¹². Outro autor que merece destaque é François Tosquelles¹¹ que passa a se preocupar com a transformação dos meios e das condições de trabalho para as quais os doentes mentais deveriam retornar, mas também sobre o trabalho em si, realizado por todos.

O TRABALHO E SEUS EFEITOS PATOGÊNICOS

Entre os autores que se preocuparam em estudar o trabalho real, ou seja, aquele que ocorre na sociedade e suas implicações na construção da saúde mental, destacamos Louis Le Guillant em seus célebres estudos sobre a neurose das telefonistas e de incidências psicopatológicas em empregadas domésticas¹⁰.

A ideia de conhecer o trabalho real e as condições onde ele ocorre é um dos preceitos fundadores de diversas correntes de estudos sobre o trabalho na França a partir dos anos 1950. Entre essas correntes destacamos a psicopatologia do trabalho. Essa discussão traz consigo a necessidade de conhecer os fatores patogênicos presentes nas condições e no modo como o trabalho é organizado, já que desde os anos 1950 começa a haver um alarde em torno dos problemas de saúde mental nos meios urbanos e industriais.

Neste contexto surgem movimentos junto à medicina do trabalho, autoridades sanitárias, serviço social das

empresas, ligas de higiene mental. Tinham como objetivo a formalização das doenças profissionais, tendo em vista a necessidade de regular legalmente as proteções sociais e os direitos dos trabalhadores diante das novas exigências do trabalho e as respectivas mudanças, cujas repercussões são notórias e fortemente evidenciadas a partir das doenças mentais ligadas ao trabalho. Trata-se de movimento influenciado por autores como Claude Veil¹³, ligado a psiquiatria na época, e que dá origem a disciplinas como a psiquiatria do trabalho e as ligas de higiene mental, que adotam a psiquiatria como subsídio às normas e a regulação do trabalho.

Inicia-se ainda uma discussão sobre a unicidade de fatores, ou seja, o homem que trabalha e que adoecer é o mesmo da vida privada, as etiologias das doenças são mistas, e há certa dificuldade de separar traços de personalidade da vida profissional. Nesta época surgem as discussões sobre a etiologia das doenças mentais relacionadas ao trabalho, ou seja, se elas se devem a traços de personalidade dos sujeitos, se são doenças relacionadas a determinadas profissões ou devem-se a fatores comuns a várias atividades profissionais, tais como: ritmo de trabalho, fadiga crônica, divisão e organização do trabalho¹⁰.

Mesmo considerando a multifatorialidade das doenças mentais, a questão central sobre a etiologia das doenças mentais relacionadas ao trabalho permanece: qual é a ordem de causalidade? O trabalho adoecer, ou determinadas características do trabalhador o tornam mais suscetível aos adoecimentos? Nesses casos, que características seriam estas? E quais condições de trabalho poderiam gerar adoecimentos? Essa compreensão, na época, torna-se fundamental para se prevenir ou atenuar os efeitos nefastos do trabalho na saúde mental¹⁰.

Sivadon⁹ que, como vimos, é um dos precursores da ergoterapia, é também um dos expoentes das teorias de que a personalidade, os antecedentes dos trabalhadores e suas dificuldades pessoais eram responsáveis pelos processos de desadaptação que provocavam as neuroses do trabalho. Ele questionava a concretude do trabalho em si como disparadora de adoecimentos mentais.

Já Le Guillant¹⁰ parte de outra visão. Diante dos trabalhadores atingidos, quais são os eventos biográficos, as condições de vida e de trabalho que constituem terreno fértil para as psicopatologias. Dessa forma, o estudo das condições concretas de trabalho (como nos casos da neurose das telefonistas e das empregadas domésticas) dão acesso à palavra aos trabalhadores, para que eles próprios evidenciassem questões do trabalho que poderiam ser consideradas potencialmente patogênicas. Os estudos realizados constatavam que não se tratava de compreender uma categoria de trabalho específica, ou mesmo certas

profissões, mas compreender a doença da produtividade, a intensificação do trabalho, a aceleração das cadências com vistas a aumentar a produtividade e o lucro.

HISTÓRIAS QUE SE ENCONTRAM

Na nossa perspectiva, não é por acaso que os autores que transformaram e avançaram a compreensão do trabalho terapêutico são os mesmos que iniciam os estudos do trabalho como fator de adoecimento psíquico. Ambos os enfoques vão influenciar nas ideias do trabalho como elemento terapêutico e nos modelos de reabilitação profissional que emergiram no campo e na constituição da terapia ocupacional como profissão. Talvez uma das contribuições mais importantes foi a de romper com a ideia do uso do trabalho terapêutico restrito a instituições fechadas (hospitais psiquiátricos, centros de reabilitação, oficinas protegidas, entre outras) mas de trazê-lo para o seio da sociedade e para os locais onde as pessoas vivem e onde as doenças são produzidas.

Nesse novo contexto, o trabalho como potencialmente terapêutico constitui-se a partir das histórias de vida, desejos, sonhos e perspectivas dos sujeitos, na relação com o trabalho “real”, que é realizado em contextos sociais variados. Esse é dos mais importantes passos para a “desinstitucionalização do trabalho terapêutico” e, ao mesmo tempo, para a compreensão da sua importância na vida e na saúde das pessoas.

Outro fator importante é a discussão inerente ao momento histórico relatado do próprio conceito de “trabalho terapêutico”, não mais restrito à ideia de reparação de capacidades perdidas, mas também como produtor do sujeito e da sua rede de significados e de pertencimento. Também surgem diversas teorias sobre a importância do trabalho como fator de inserção social e até mesmo de exclusão. Além dos aspectos sociais envolvidos nessa discussão, também surgem teorias acerca do trabalho como importante fator de constituição identitária e da própria saúde mental dos indivíduos, longas discussões que ficarão para próximas publicações!

REFERÊNCIAS

1. Foucault M. História da loucura na idade clássica. São Paulo: Editora Perspectiva; 1978.
2. Castel R. A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo, Rio de Janeiro: Editora Graal; 1978.
3. Birman J. A psiquiatria como discurso da moralidade. Rio de Janeiro: Editora Graal; 1978.
4. Billiard I. Les peres fondateurs de la psychopathologie du travail em butte à l'enigme du travail. In: Clot Y, coordination. Psychopathologie du travail. Marseille: Ed Érès; 2002.
5. Machado R, Loureiro A, Luz R, Muricy K. Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Graal; 1978.
6. Miguel EC, Gentil V, Gataz WF. Clínica psiquiátrica. Barueri, SP: Editora Manole; 2011.
7. Sivadon P, Fernandez Zoila A. Temps de travail, temps de vivre. Bruxelles: Pierre Mardaga éditeur; 1968.
8. Billiard I. Santé mentale et travail. L'émergence de la psychopathologie du travail. Paris : Ed. La Dispute; 2001.
9. Sivadon P. Psychopathologie du travail, l'évolution psychiatrique. Paris: Ed. Du Scarabée; 1952.
10. Lima MEA. Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho. Petrópolis: Editora Vozes; 2006.
11. Tosquelles F. Le travail thérapeutique à l'hôpital psychiatrique. Paris: Edition du Scarabée; 1967.
12. Molinier P. O trabalho e a psique. Uma introdução à psicodinâmica do trabalho. Brasília: Editora Paralelo 15; 2008.
13. Veil C. Vulnérabilités au travail: naissance et actualité de la psychopathologie du travail. Toulouse: Ed Érès; 2012.

